COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° DE 2024 (Sra. Adriana Ventura)

Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater sobre o "Crescimento na contratação de professores temporários nas redes públicas de ensino".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para debater sobre o "Crescimento na contratação de professores temporários nas redes públicas de ensino".

Sugerimos que sejam convidados:

- 1. Representante do Ministério da Educação;
- 2. Representante do Todos pela Educação;
- 3. Representante do Instituto Millenium;
- Secretário de Educação de Minas Gerais;
- 5. Secretário de Educação de São Paulo

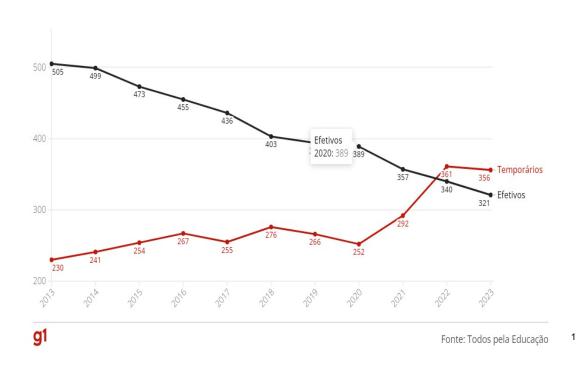




CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

JUSTIFICAÇÃO

A crescente dependência de professores temporários nas redes estaduais de educação no Brasil, conforme destacado pelo estudo recente realizado pelo grupo "Todos Pela Educação", constitui uma questão de grande relevância para a política educacional do país. Este fenômeno, que viu o número de professores temporários superar o de efetivos pela primeira vez na história, como aponta o gráfico a seguir, sinaliza mudanças significativas na estrutura de contratação e gestão do corpo docente que merecem uma avaliação criteriosa e ampla discussão.



¹ https://todospelaeducacao.org.br/noticias/numero-de-professores-concursados-nas-redes-estaduais-e-o-menor-em-dez-anos-aponta-estudo/



* U U & Y 6 1 5 6 5 6 7 C U U 3 *

CÂMARA DOS DEPUTADOS GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

Outra análise que deve ser discutida é a eventual relação entre o percentual de professores temporários e a colocação dos estados no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Há um senso comum de que contratos temporários comprometem a qualidade da educação, mas os dados não parecem confirmar tal hipótese.

2

Contratos temporários "precarizam" a educação?

| Estado | Percentual de temporários | Posição no IDEB |
|-------------------|------------------------------|-----------------|
| Paraná | 51% | 1º |
| São Paulo | 51% | 2° |
| Distrito Federal | 56% | 3° |
| Goiás | 48% | 40 (|
| Espírito Santo | 73% | 50 |
| Pernambuco | 63% | 6° |
| Rio Grande do Sul | 59% | 7° |
| Ceará | 57% | 80 |
| Tocantins | 79% | 90 |
| Piauí | 53% | 10° |
| Minas Gerais | 80% | 110 |

| | | 700 |
|---------------------|-----|-----|
| Rondônia | 29% | 12º |
| Paraiba | 45% | 13° |
| Sergipe | 30% | 14º |
| Acre | 75% | 15° |
| Rio de Janeiro | 4% | 16° |
| Roraima | 35% | 17° |
| Santa Catarina | 71% | 18° |
| Mato Grosso do Sul | 70% | 19º |
| Mato Grosso | 66% | 20° |
| Amazonas | 10% | 21° |
| Bahia | 7% | 220 |
| Alagoas | 38% | 23° |
| Maranhão | 55% | 240 |
| Rio Grande do Norte | 6% | 25° |
| Amapá | 30% | 26° |
| Pará | 6% | 27° |

Além disso, a audiência seria uma plataforma para discutir alternativas que possam melhorar tanto as condições de emprego dos professores temporários quanto os mecanismos de seleção, com o objetivo de garantir que todos os professores, independentemente do regime de contratação, sejam selecionados com base em critérios rigorosos que priorizem a qualidade e a

² https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados



*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

eficácia pedagógica. Isso incluiria a avaliação de práticas de contratação mais robustas e justas, que possam atender às necessidades emergenciais sem o comprometimento do sistema educacional.

Por fim, essa discussão é essencial para assegurar que as políticas públicas estejam alinhadas com os objetivos de longo prazo do país para a educação, para reavaliar e, se necessário, reorientar as estratégias nacionais de contratação e gestão docente nas redes estaduais de educação.

Assim, peço apoio dos Nobres Pares para podermos debater esse projeto.

Sala da Comissão, de maio de 2024.

Deputada Federal ADRIANA VENTURA NOVO/SP



